

# A GLOBALIZAÇÃO E NÓS À GUIA DE INTRÓITO

*Oswaldo Muniz Oliva(\*)*

Muito se tem escrito sobre a globalização. Também eu preocupo-me com ela.

Por isso, venho desenvolvendo palestras e promovendo debates com públicos diferenciados, nestes últimos anos. Por sinal, a cada ano e a cada evento significativo que ocorre em nível internacional, mais nítido se apresenta aquele processo e mais definidos ficam os perfis dos que os conduzem e que dele se beneficiam.

A ESG, por ser uma Casa onde se estuda o Poder, apresenta-se como dos melhores intérpretes para o que ocorre. Tanto isto é verdade que, ao observar-se a aplicação do mega Poder Militar, que ocorre em Kosovo, aqueles que aqui freqüentam compreendem ser tal ação um braço do todo que, do mesmo modo, atua no campo econômico, propondo e impondo regras gerais ao comércio mundial, tal como lhe convém.

Já se torna clara (e, incrível, aceita por muitos brasileiros) a intenção de regular o direito dos povos e restringir as soberanias nacionais, a seu bel-prazer.

Também é nítida a percepção, no campo psicossocial, da maciça e coerente onipresença, na mídia mundial, do noticiário – sob inúmeras formas – que é despejado, dia à dia, sobre todo o mundo, naturalmente, aqui traduzido e repetido.

Por tudo isso coloco este escrito como um tributo à ESG, pelos seus cinquenta anos e por ser o que é: centro gerador de estudos sérios e desenvolvidos com liberdade, equilíbrio, honestidade intelectual e amor ao Brasil.

Merece todo nosso apoio e compreensão face às dificuldades de ordem material e outras que enfrenta no momento, possivelmente, não desligadas dos interesses que a Globalização traz embutidos, mas não tão disfarçados.

O Cenário Presente

1. O Brasil foi e ainda está envolvido pelas vagas do verdadeiro maremoto argentário que o atingiu, conseqüente a hábil utilização de regras globais e ao emprego oportuno de tecnologia moderna

das telecomunicações e da telemática. Tudo isso que está acontecendo é devido à nossa negligente integração ao processo de globalização.

Despreparados, ingenuamente ou não, abrimos todas as nossas defesas e fomos engolfados, muito pelas características próprias daquele processo, é verdade, mas muito mais pelos erros acadêmicos de interpretação e ação por nós cometidas, sem qualquer precaução, quanto a salvaguardas que protegessem nossos interesses, nosso patrimônio e nossos programas.

A ação equivocada do Estado brasileiro somada à desatenção leviana de nossa sociedade, induzida a aceitar posições e atitudes que não eram do seu interesse maior, e, do que se está percebendo tardiamente, conduziram-nos a uma situação aflitiva, quase desesperadora. Não há como continuarmos a nos iludir: a globalização veio para ficar e nossos erros – com dívidas conseqüentes – deverão ser purgados e corrigidos. Há que reduzir o ônus sobre nosso povo e reverter essa situação, com a urgência máxima possível.

Inegavelmente, não poderíamos voltar as costas para o mundo, o qual cada vez mais, é um mundo só, a não ser que não existissem outras soluções ao nosso dispor. Pior que tal atitude, porém será a de ficarmos estáticos e continuarmos a ser engolidos, no ritmo frenético atual, sem qualquer reação em defesa do interesse nacional, o interesse de nós todos brasileiros.

A compreensão da globalização, inclusive nas sutilezas das regras da Organização Mundial de Comércio e nas dos países e grupos poderosos e dos nossos parceiros, fornecerá informações e apontará alternativas para que possamos salvar-nos e voltarmos a trilhar nossos caminhos de grandeza, mediante a retomada de Desenvolvimento.

2. De início há necessidade de compreender-se que, hoje o mundo é regido por uma verdadeira ideologia geopolítica: a política de Poder em que se destacam as chamadas “leis do mercado”. Não está ela escrita mas é possível a sua dedução (*Quadro 1*).

Politicamente, cada vez mais, a Comunidade Européia busca escapar da hegemonia norte-americana o que ainda não logrou alcançar; no entanto, tem conseguido alcançar boas posições nos organismos mundiais.

Economicamente, há razoável grau de equilíbrio entre os grandes e médios Pólos de Poder (*Quadro 2*).

As demais nações gravitam em torno dos grandes, conforme lhes é possível.

Na verdade ocorre uma luta (nem sempre surda) entre as nações (*Quadro 3*).

Nessa disputa, os grandes manipulam quase todos os instrumentos de Poder (*Quadro 4*). O Grande Centro de Poder é o Grupo dos Sete Grandes, com majoritária posição americana (G-7).

Militarmente, a hegemonia norte-americana é absoluta. A Rússia (mais alguns satélites) é grande potência nuclear mas sua situação econômica afeta, de forma crescente, seu poderio militar e mesmo sua postura na política mundial.

Do ponto-de-vista científico-tecnológico, a disputa é brutal, entre os grandes; cada grupo é prevalente em algumas áreas vitais. Os países restantes são totalmente dominados ou buscam – os que apresentam condições para isso – especializar-se em alguns segmentos do mercado.

No que concerne ao campo psicossocial, os grandes não admitem mexer em seu “status quo”; no máximo pretendem e buscam melhorar o padrão de vida de suas parcelas menos favorecidas, para melhorar sua média a qual já é boa.

Logo, os países que estão abaixo do equador, somente receberão produtos excedentes.

Quanto a recursos financeiros, virão sob condições que não afetem a vida dos poderosos, isto é, pelo menos pagarão juros de mercado.

Assim, fica óbvio que, só com planejamento próprio, inovador e muito trabalho interno, poderão

as demais nações equilibrarem suas situações.

3. Comporta atentarmos para algo que, ante o tumulto financeiro que nos aflige, tem passado despercebido para muitos. É público que fluxos financeiros circulam pelo mundo não como dinheiro vivo, mas como créditos e débitos que vão e voltam pelos computadores: é a famosa “ciranda financeira”. Esse jogo, que poucos dominam perfeitamente, tem processado a transferência da propriedade de empresas e de grupos empresariais. Mas, e isto é o que queremos salientar, os produtos, industrializados ou não, **obrigatoriamente**, circulam por **vias de transporte** que não são eletrônicas.

Pelo (*Quadro nº 5*), poderemos verificar o seguinte:

Nos séculos XIX e XX o comércio mundial circulou, majoritariamente, pelo ATLÂNTICO NORTE. O BRASIL a ele integrou-se, tendo que remeter seus produtos por longas rotas marítimas. Esteve sempre em desvantagem.

No próximo século, o grande volume de mercadorias circulará entre a Ásia e a costa oeste americana. O segundo volume de mercadorias circulará pelo ATLÂNTICO NORTE. O BRASIL ao que tudo indica, continuará em situação de inferioridade em relação a essas duas grandes rotas marítimas.

Salta a vista, porém, que o BRASIL tem excelente posição na AMÉRICA DO SUL, se decidir utilizar rotas terrestres, por vias interiores. O uso de introvias, ferrovias bem dirigidas e rodovias complementares se inteligentemente traçadas, facilitarão, em muito, o acesso aos países andinos bem como a portos do PACÍFICO, no CHILE e no PERU. Haverá oportunidade de comércio da origem com pontos intermediários, tanto no Brasil, quanto naqueles países, antes de ser alcançado o oceano e vice-versa. O mesmo ocorrerá, se buscarmos ligações com Colômbia e Venezuela, na direção do Caribe.

O oceano ATLÂNTICO coloca-nos em posição vantajosa em relação ao MERCOSUL e à ÁFRICA ocidental, em especial a Angola, Namíbia e África do Sul, e, em boa situação na direção do golfo do MÉXICO.

Ficam assim evidentes as grandes linhas a serem seguidas pela geopolítica brasileira. Não está claro, porém, que lideranças econômicas e a área pública que cuida de nosso comércio exterior estejam dando prioridade a exploração destas reais vantagens comparativas. De modo geral – pelo processo histórico e pela formação auferida em escolas americanas e européias, só raciocinam com os dois grandes mercados para os quais sentem-se atraídos e com os princípios e regras deles.

Por tudo isso, cresce a importância de que novos parâmetros sejam introduzidos na formulação e condução de nosso comércio exterior.

O primeiro deles é o de que o COMÉRCIO EXTERIOR não pode ter sua política elaborada somente pelo MRE.

O segundo parâmetro é o de que deverá caber ao empresaria-do brasileiro influenciar decisivamente nas grandes linhas de uma nova política de comércio exterior, contando, é verdade, com o assessoramento político-diplomático do Itamarati; não ao contrário como sempre ocorre. As instituições privadas brasileiras de expressão (não confundi-las com filiais de empresas multinacionais, as quais também participam de nosso Desenvolvimento), sob a **ética exclusiva** de nossos interesses, devem com urgência, fazer-se presentes nos planejamentos e nas negociações, eis que são, do mesmo modo, expressões naturais e legítimas da voz da sociedade junto ao Estado.

4. Com o processo de privatização a que estamos sendo submetidos – componente apresentada como essencial à globalização, nada nos tem sido facilitado. Em contrapartida, o que assistimos é a descontrolada desnacionalização de nossas empresas públicas e privadas, o que já ultrapassou a casa dos 50% e, a crescente ampliação de nossas dívidas.

O desdobramento natural dessa postura é que nosso mercado interno passou a ser também “deles”, sem que os “deles” sejam também “nossos”. Nossos órgãos públicos financiam essas transferências e, para o dinheiro envolvido, a Nação lhes oferece convenientes garantias. A estratégia do governo já elevou a dívida total para cerca de 500 bilhões de dólares.

Com isso, agrava-se o serviço correspondente, insuportável e crescente encargo sobre nosso povo, pois foi tomado emprestado em seu nome.

Acreditaram os que nos dirigem que, por lógica e ética, os mercados dos beneficiários por nossa atitude liberal, unilateral, infantil e quase suicida abrir-se-iam, automaticamente, a nossos produtos. Nada disso ocorreu nem ocorrerá, pelos indícios que se nos apresentam, seja qual seja o continente para o qual nos voltemos.

É verdade que temos recebido empréstimos os quais permitem que não nos afogemos, mas não dão suporte a caminhos para um progresso sólido em benefício de nosso povo. Quer parecer que convém sejamos mantidos nessa situação pantanosa, para que não crescamos, passando de competidor indesejável a dependente útil. JOSÉ BONIFÁCIO e ANTÔNIO CARLOS ANDRADA E SILVA devem estar a tremer em seus túmulos, ao verem repetir-se o que combateram nos albores de nossa independência.

5. A crise econômico-social, em que nos encontramos, traduz-se em grande número de óbices expressivos a exigirem providências; entretanto, ações imediatas e de curto-prazo não podem nem devem ser tomadas sem que saibamos avaliar suas repercussões a médio e longo prazos, sobre nós próprios.

Em outras palavras, não podemos mais destruir os remanescentes grandes centros de Poder Nacional como Petrobrás e Banco do Brasil e hipotecar o futuro de nosso povo para aliviarmos o presente. É indispensável que a nação e seus dirigentes conscientizem-se de que presente, futuro próximo e futuro afastado estão entrelaçados mesmo. Não ficará impune, para nosso povo o continuado transferir de Centros de Poder Estratégicos para as mãos de estrangeiros.

6. O erro de hoje será a causa do prejuízo para outras gerações.

7. Urge a conscientização da população e a articulação de ações conjuntas por parte das entidades representativas, em especial, empresariais e de empregados. Só assim teremos condições para influenciar, de forma preponderante e em tempo útil, as decisões e prioridades que o Estado pretenda tomar, em qualquer de seus Poderes, em todos os níveis de responsabilidades (Federal, Estadual e Municipal), e, alertamos, tomadas todas em nosso nome.

Impõe-se estudarmos formas diretas e/ou indiretas de proteção aos produtos nacionais contra predatória concorrência externa, sem que isto represente ausência de exigência de qualidade e preço a nossos produtos, ao contrário. Ao mesmo tempo deveremos atuar em defesa de nossos empresários e contra a predação internacional.

Entre outras palavras, deveremos valorizar, fortalecer e ampliar nosso mercado interno, o qual em última análise somos todos nós brasileiros (*quadros 6, 7 e 8*). O papel do Estado, em, especial da União, é preponderante senão essencial: há que criar condições para o surgimento de empresas e produtos nacionais competitivos que reduzam o dispêndio excessivo em dólares, como hoje ocorre. A redução de despesas externas e a geração de empregos serão alcançados com razoável rapidez e aliviarão nossa balança comercial. Por outro lado ampliarão nosso Produto Interno Bruto e redistribuirão a riqueza para novas parcelas da população que retornarão ao mercado de trabalho. O alívio da pressão fiscal e de impostos sobre pequenas e médias empresas, inegavelmente, é uma trilha que poderá ser alargada com medidas inteligentes e objetivas, as quais com presteza gerarão a ampliação e a acumulação de riqueza nacional.

Deveremos buscar fórmulas de reciprocidade: aqueles que nos vendem muito, deverão, também, comprar-nos muito! Quem nada nos compra, nada nos venderá! Aqueles que utilizarem “dumping” deverão ter seus produtos cerceados no acesso ao mercado interno.

Essas posições deverão manifestar-se em todas as áreas de atuação: política, econômica e comercial, científica e cultural, tecnológica e mesmo militar. Deveremos pressionar a área pública até que a mesma se sensibilize e aceite nossas posições.

8. Como exemplo do que ainda poderá ameaçar-nos, ao arrepio das normas internacionais da OMC, às quais deveria respeitar, a AMÉRICA DO NORTE ameaça taxar brutalmente e já o vem fazendo, produtos para os quais os seus perdem em competição igual. É didático o caso da banana da América Central – propriedade de dois grupos norte-americanos. Sentindo dificuldades para seu ingresso na EUROPA, tiveram em seu socorro, às claras, o rápido suporte governamental com ameaças e medidas de sanções imediatas sobre inúmeros produtos europeus. No caso, não interessa saber quem tem razão. Um Estado forte e ágil apoia suas empresas. ESTE É O GRANDE ENSINAMENTO.

Este comportamento dos grandes não é novidade: foi sempre assim. O que ocorre hoje é que tais ações são muito mais às claras. Nunca sentimos enquanto fomos de pouca expressão mundial e o mundo era bi-polarizado. Com todas as dificuldades presentes estamos entre as quinze maiores economias mundiais. Por isso ao observarmos tais ações estratégicas fortes, é forçoso reconhecer que as mesmas decorrem do somatório do poder da iniciativa privada com o do Estado: é isto a que se chama de Emprego Do Poder Nacional. Embora poucos o avaliem – pelo pessimismo e pela alienação imperantes – o BRASIL, com o MERCOSUL, constitui o maior mercado ainda não integralmente dominado, seja pelo NAFTA seja pela COMUNIDADE EUROPÉIA.

Caso não consigamos espaço fora do MERCOSUL, deveremos fortalecê-lo e expandi-lo em proveito de seus membros. Por tudo isso, preconizamos que a sociedade brasileira se articule e se organize para poder aplicar o seu poder, seja ante o Estado brasileiro, quando este ferir os seus legítimos direitos de cidadania, seja unindo esses dois poderes para defender qualquer campo ou interesse nacional, quando atingido ou ameaçado por pressões com origens internas (o que por vezes ocorre), externas ou combinadas.

A compreensão do que seja o valor do Poder Nacional pode ser alcançada com mais um exemplo destes dias: o governo americano decidiu, ameaçou e fez executar ataques militares aéreos contra a Iugoslávia. Quem poderá ou irá auxiliá-la nesta emergência se a NATO endossou a decisão americana coonestando-a? Não cremos que a Rússia ultrapasse protestos e ações inócuas. Incontinentemente a mídia internacional com a nossa em seguimento, mostrou o que quis e como convinha ao governo americano. Mas se fosse contra a Comunidade Européia, (como no caso da banana) ocorreriam represálias militares também? A NATO daria suporte ao poder militar norte-americano?

E se fosse contra o Brasil, condenado, por hipótese por “prejuízos ao meio ambiente”? ou Por causa da “Nação Ianomami”?

Receberíamos alguma ajuda militar ou de qualquer ordem? De quem? Qual a estatura de que o Brasil, isoladamente, dispõe nesse quadro, para dissuadir eventuais intervenções externas, militares e outras?

Se o MERCOSUL for consolidado nossas posições serão reforçadas?

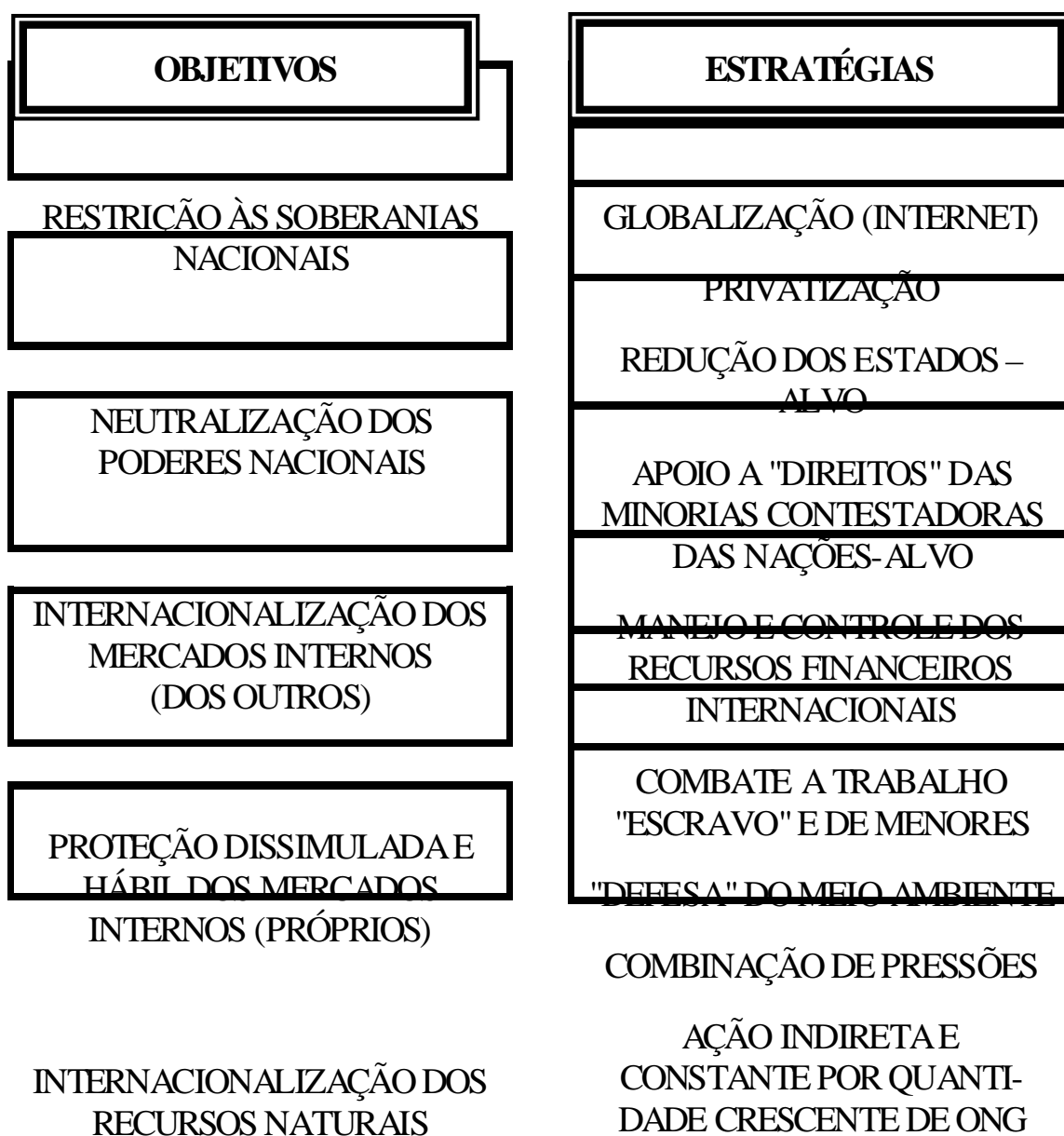
Mas, se o MERCOSUL fracassar, como deveremos agir?

É pois, com visão estratégica geopolítica, ampla e global que deveremos atuar.

Brasil por sua vastidão e população, mesmo sem contar com as outras nações da América do Sul (na pior hipótese e se estas não o desejarem) ainda é o maior mercado disponível do mundo.

O grande segredo, sem que se abandone o comércio internacional como acima caracterizado, será promover a expansão geográfica e econômica de seu mercado interno próprio.

# GEOPOLÍTICA MUNDIAL (DEDUZIDA)





# **LUTA ENTRE NAÇÕES (NEM SEMPRE SURDA)**

GARANTIA FUTURA

1. MATÉRIAS PRIMAS CATIVAS
2. MERCADOS

DISPUTA POR

3. CAPITAIS
4. TECNOLOGIAS ESPECIAIS
6. SATÉLITES
7. MÍSSEIS
8. ENERGIA NÚCLEAR
9. BIOTECNOLOGIA
10. INFORMÁTICA
5. TELEINFORMÁTICA  
(REDE INTERNET)
6. DOMÍNIO DAS INFORMAÇÕES  
TECNOLÓGICAS

**G7**

OEA

ONU

BM

OTAN

MÍDIA

INSTRUMENTOS  
DE PODER

OMC

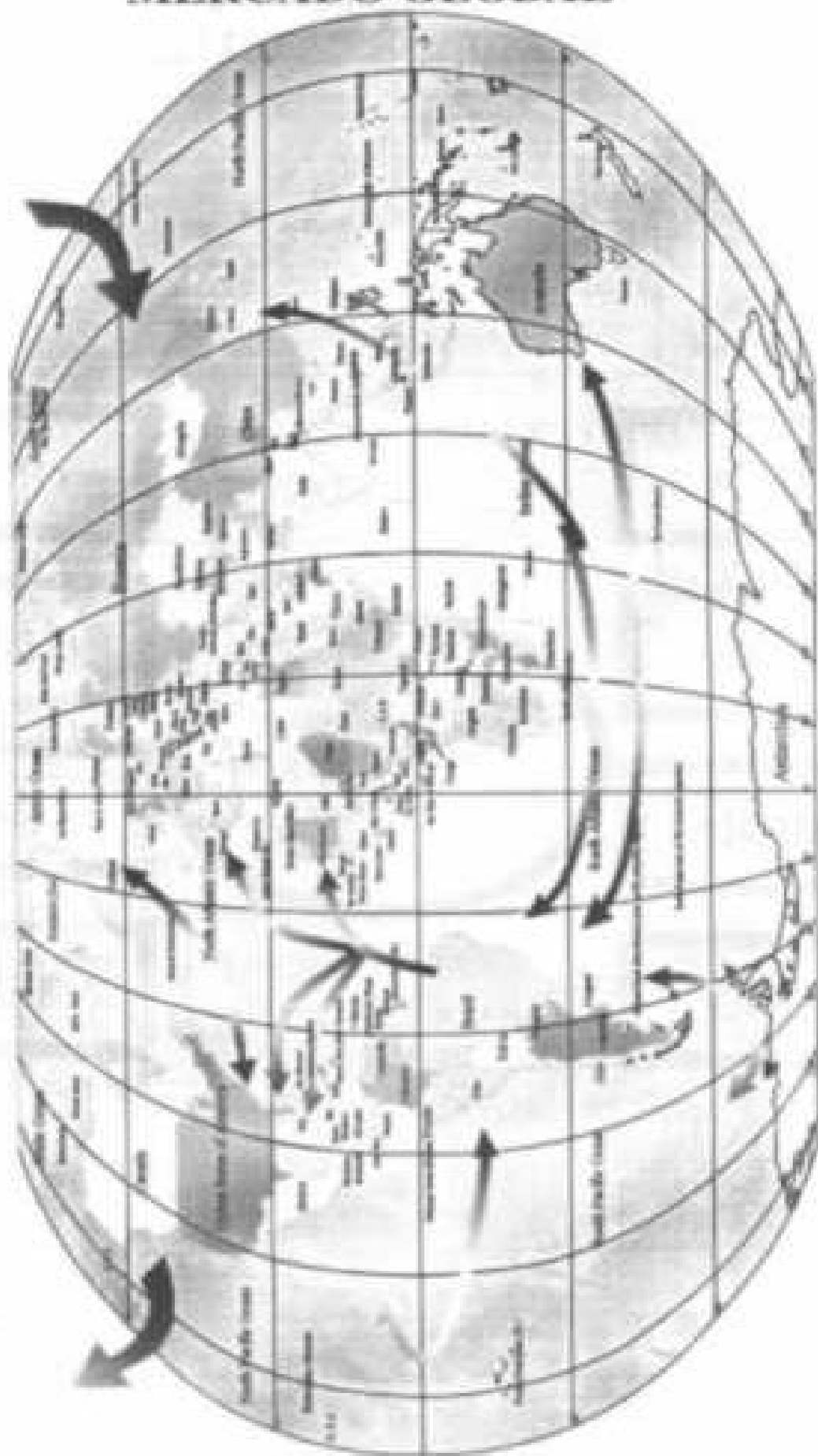
ONG

BID

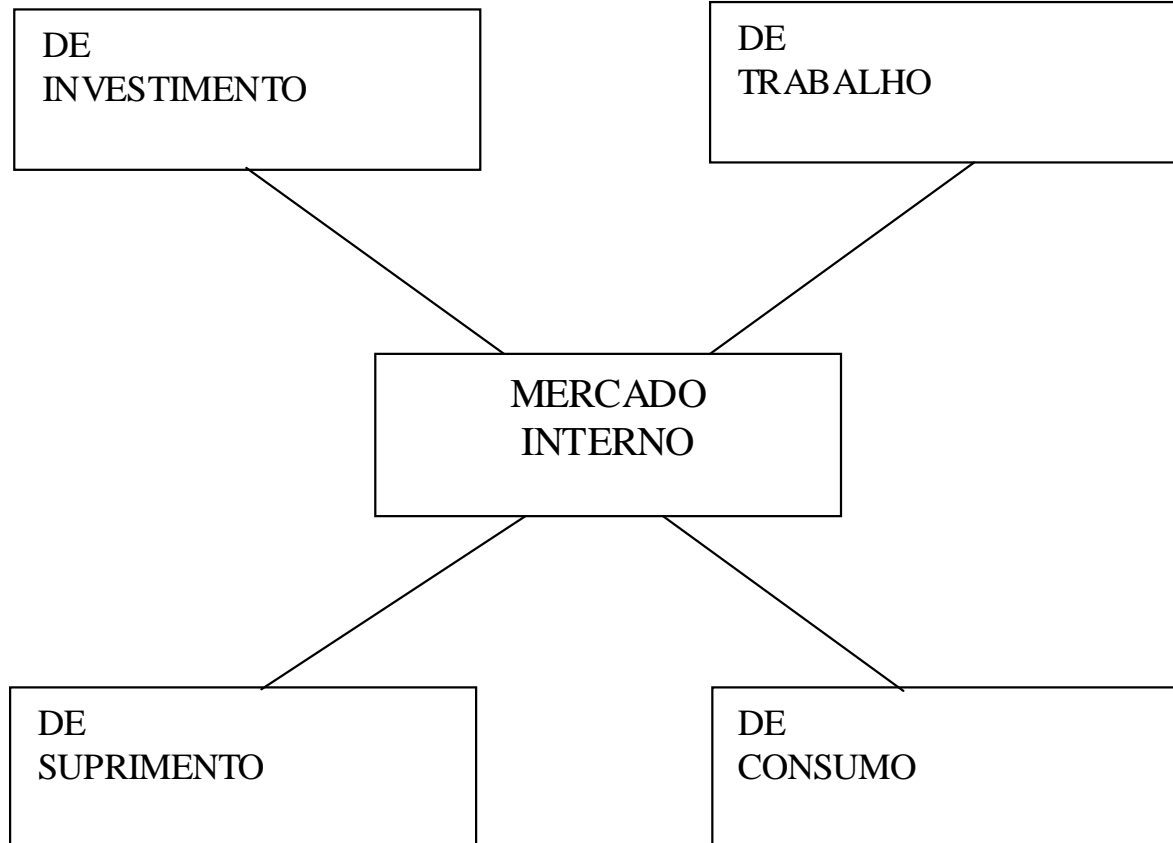
# MERCADO GLOBAL

PLANISFÉRIO FÍSICO

**MERCADO GLOBAL**

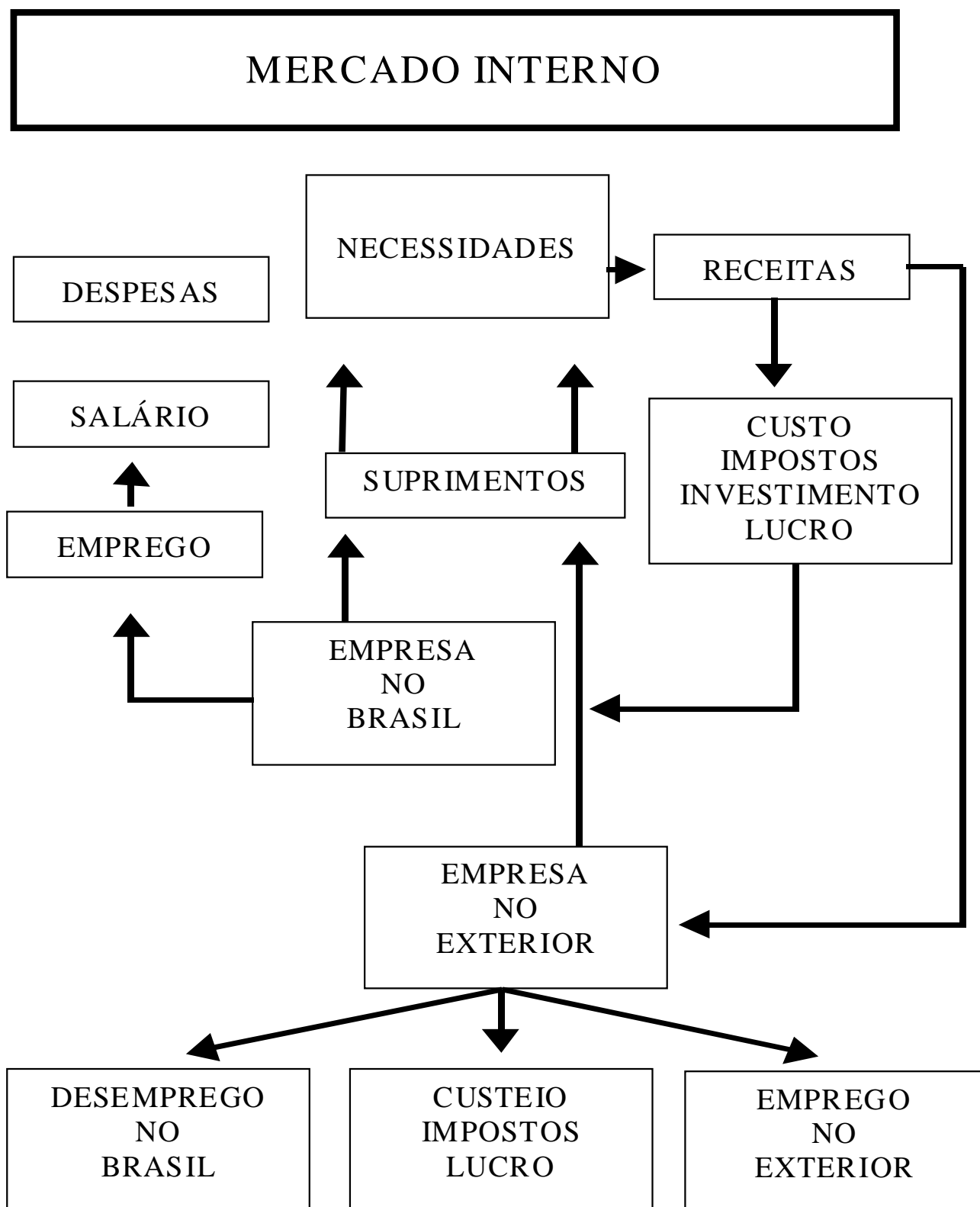


# MERCADO INTERNO



# MERCADO INTERNO





(\*) General de Exército e Ex-Comandante da Escola Superior de Guerra